

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA
– 5ª REGIÃO/BA, REALIZADA NO DIA 11 DE NOVEMBRO DE 2021.

Aos onze dias do mês de novembro de 2021, às 12:40 horas, de forma virtual, foi realizada a Sessão Plenária Ordinária do Corecon/BA, com a finalidade de discutir e deliberar a seguinte Pauta: I – APROVAÇÃO DA ATA DA PLENÁRIA ANTERIOR – Plenária Ordinária realizada no dia 7 de outubro de 2021. II – COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE: 2.1 Status dos livros Reflexões de Economistas Baianos 2020 e 2021. 2.2. Reforço para as votações das premiações do Cofecon: Destaques Econômicos, Personalidade Econômica, Mulher Economistas e Mulher Transformadora. 2.3. Assinatura de contrato com Assessoria Jurídica para apoio à fiscalização de Pessoa Jurídica. 2.4. Prestação de contas das Comissões na Sessão Plenária seguinte III – ORDEM DO DIA: 3.1 – Resultado da eleição e homologação do Dossiê Eleitoral. 3.2 – Aprovação do Orçamento para 2022. 3.3. Aprovação da Prestação de contas do 3º Trimestre. IV – O que ocorrer. Estiveram presentes na Sessão Plenária o Presidente do CORECON/BA Fernando Fernandes e os Conselheiros Isabel de Cássia, Fátima Ferreira, Oswaldo Guerra, Reinaldo Sampaio e Marcus Verhine. Estiveram também presentes o Conselheiro Federal Paulo Dantas, o Superintendente Bruno Pires, a Assessora de Comunicação Lívia Santana, o Contador Pedro Gomes e a Assessora Jurídica Sabrina Batista. Justificaram suas ausências o Vice-presidente Gustavo Pessoti e os Conselheiros Alex Gama, Fátima Ferreira, Helga Dulce, Ana Cristina, Raimundo Gavazza e Marcelo Santos. A seguir o Presidente Fernando Fernandes iniciou os trabalhos da Plenária para discussão e deliberação da Pauta. I – APROVAÇÃO DA ATA DA PLENÁRIA ANTERIOR – Plenária Ordinária realizada no dia 7 de outubro de 2021. O Conselheiro Reinaldo Sampaio solicitou que as Atas fossem encaminhadas com mais antecedência e o Presidente Fernando Fernandes informou que podia pensar em um tipo de formulário para ajustes quando houvesse necessidade. Após colocada em votação, a referida ata foi aprovada por todos os presentes. II – COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE: 2.1. Status dos Livros Reflexões de Economistas Baianos - 2020 e 2021. O Presidente Fernando Fernandes solicitou ao Superintendente Bruno Pires prestasse esclarecimentos sobre o tema e o Superintendente informou que em relação ao Reflexões 2020 já estava pronto há alguns dias, inclusive já estava publicado no site e que havia uma pendência em relação processo de dispensa de licitação e elaboração de contrato pela assessoria jurídica, para a contratação da gráfica para impressão dos livros. Em relação ao Reflexões 2021, o Superintendente Bruno Pires informou que em contato com o revisor Jadson foi informado que haviam pendências em relação a artigos de quatro autores, incluindo Fernando Pedrão e Sérgio Gabrielli. Foram feitos ajustes nos textos, porém era preciso que eles validassem as mudanças. O Conselheiro Emerson Verhine solicitou o contato do revisor, para passar ao filho do autor Fernando Pedrão e a assessora de comunicação Lívia Santana disse que iria encaminhar. A assessora jurídica Sabrina Batista informou que já havia encaminhando o processo de dispensa do Reflexões para 500 (quinhentos) livros, porém, houve uma mudança para 300 (trezentos) livros e não havia identificado o e-mail encaminhado pelo Superintendente, e concluiu dizendo que finalizaria o processo ainda naquele dia. O Presidente Fernando Fernandes solicitou que fossem feitos os encaminhamentos e desse ciência ao Vice-presidente Gustavo Pessoti sobre o andamento dos livros. 2.2. Reforço sobre votações das Premiações Cofecon: Destaques Econômicos, Personalidade Econômica, Prêmio Mulher Economista, Prêmio Mulher Transformadora. O Presidente Fernando Fernandes informou que o Superintendente encaminhou expediente aos Conselheiros para a definição pelo Plenário dos agraciados pelas premiações. Disse que solicitou ao Superintendente que juntamente com a assessora de comunicação Lívia criassem um formulário para agilizar as escolhas e encaminhassem aos Conselheiros, pois o prazo estava expirando. O Conselheiro Federal Paulo Dantas lembrou que entre os premiáveis constava o nome do economista Baiano Luiz Filgueiras e que era justo que o Plenário do Corecon o indicasse. O Conselheiro Reinaldo Sampaio fez coro à fala do Conselheiro Paulo Dantas,

comentando sobre a competência profissional do Professor Filgueiras e solicitou que aqueles que por ventura houvesse escolhido outro nome, que ponderassem e refizessem suas escolhas em favor do Professor Filgueiras. O Conselheiro Oswaldo Guerra apoiou as manifestações dos Conselheiros Paulo Dantas e Reinaldo Sampaio e comentou que foi colega de Luiz Filgueiras na Ufba, falou da sua competência e reconhecimento enquanto profissional economista, autor de livros e que o mesmo foi diretor da faculdade de economia, candidato a Reitor e que a escolha pelo Corecon do seu nome era muito justa. O Presidente Fernando Fernandes perguntou ao Superintendente sobre os retornos dos formulários e o Superintendente informou que foi apurado o seguinte resultado: Personalidade Econômica do Ano: Luiz Antonio Mattos Filgueiras, Otaviano Canuto e Márcio Pochman. Para Destaques Econômicos – Categoria Academia: FGV – Fundação Getúlio Vargas. Para Destaques Econômicos – Categoria Desempenho Técnico: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Para Destaques Econômicos – Categoria Mídia: Valor Econômico. Para o Prêmio Mulher Economista: Ester Dwek, Rosa Maria Marques e Luciana Caetano da Silva. Para o Prêmio Mulher Transformadora: Bia Kern. Ao final, o resultado foi homologado pelo Plenário.

2.3. Assinatura de contrato para serviços de apoio à fiscalização PJ. O Presidente Fernando Fernandes informou que o assunto já havia sido tratado na Plenária anterior, restando apenas a elaboração da minuta de contrato para apreciação dos Conselheiros que fora encaminhada. Disse que no contrato, contempla a solicitação feita pelo Conselheiro Reinaldo Sampaio deixando claro que se após 60 (sessenta) dias a ação não demonstrasse êxito, poderia ser cancelada e o Corecon assumiria o custo de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). O Conselheiro Oswaldo Guerra perguntou se o item 2.4 poderia alterar a redação dizendo que os dados fossem somente utilizados para o objeto do contrato. A assessora jurídica Sabrina Batista informou que a própria LGPD já veda a utilização para outras finalidades. O Conselheiro também pediu esclarecimentos sobre o valor da hora técnica e sugeriu que o mesmo constasse de um anexo e foi informado por Sabrina Batista que o valor era instituído pela OAB em R\$ 200,00 (duzentos reais) conforme informado na plenária passada. O Presidente Fernando Fernandes disse que o valor constava no item 1 e que havia uma boa expectativa de arrecadação de forma permanente em relação à fiscalização de pessoas jurídicas que hoje chega a aproximadamente 10%. A assessora jurídica Sabrina Batista agradeceu pela confiança e prometeu empenho na nova ação para que o retorno seja o mais rápido possível. O Presidente Fernando Fernandes falou que seria uma oportunidade de novas arrecadações sem novos investimentos. A Conselheira Isabel de Cássia se colocou à disposição para conversarem com o Sebrae em relação à inscrição no Corecon e o Conselheiro Reinaldo Sampaio informou que quando foi Presidente do Corecon tratou algumas vezes sobre o assunto com os diretores locais e que um Diretor de Brasília de nome Bruno, concordou dizendo que não fazia sentido que o órgão não fosse inscrito nos Conselhos de Economia, porém, quando o assunto chegou no jurídico do Sebrae local, o entendimento foi contrário e a situação não se resolveu. O Superintendente Bruno Pires informou que o Sebrae é registrado no CRA e que à época fez uma pesquisa junto aos Conselhos de Economia e constatou que o Sebrae mantém registro em alguns e pagam anuidades diferenciadas que variam do piso ao teto. A Conselheira Isabel de Cássia disse que essas informações são importantes para quando forem conversar com Sebrae local. O Conselheiro Oswaldo Guerra sugeriu que a Conselheira Isabel tivesse uma conversa com o jurídico do Sebrae, pois poderia trazer um resultado melhor. A assessora jurídica Sabrina Batista informou que no seu entendimento o receio do Sebrae à época era de abrir precedente na Bahia, por isso o assunto não foi resolvido.

2.4. Prestação de contas pelas Comissões na Sessão Plenária seguinte (solicitação). O Presidente Fernando Fernandes informou que este item era uma solicitação para que na próxima plenária as comissões prestassem conta das ações durante o ano. Salientou o papel importante da Junta Orçamentária, da Comissão da Mulher Economista, da Comissão Consultiva da Presidência e do Núcleo de Perícia que muito ajudaram na gestão.

III. Ordem do Dia: 3.1. Aprovação do dossiê eleitoral. O Presidente Fernando Fernandes pediu ao Superintendente Bruno Pires para prestar os esclarecimentos relativos ao tema.

O Superintendente Bruno Pires informou que o Dossiê Eleitoral que apresentava para apreciação e aprovação do Plenário, era uma exigência do Cofecon. Disse que era constituído de uma pasta física, contendo os seguintes documentos: ofício de encaminhamento, extrato da ata de homologação, documentos de constituição da Comissão Eleitoral, publicações, requerimento de inscrição de chapas, declaração de regularidade dos candidatos, ata de homologação da chapa inscrita, atas dos trabalhos eleitorais e credenciais dos delegados-eleitores. Continuou dizendo que a eleição transcorreu de forma muito tranquila e que neste ano teve um número de eleitores maior do que no ano anterior, o que lhe causou certa surpresa. Salientou que achou a eleição muito bem organizada, funcionou perfeitamente e com raríssimos casos de economistas com dificuldade para votar, pois bem antes o Corecon iniciou uma campanha de atualização cadastral com retorno de aproximadamente 120 economistas, além da ampla divulgação das instruções de voto, que evitou problemas. Prosseguiu informando que o resultado da eleição foi o seguinte: 19 votos nulos, 8 votos em branco e 159 votos válidos para a chapa única Renova Corecon composta pelos economistas Ana Cristina Cerqueira, Luiz José Pimenta e Rosembergue Valverde Jesus, como Conselheiros Titulares; Delza Rodrigues de Carvalho, Marcelo José dos Santos e Roberto Lucas Spínola Souto, como Conselheiros Suplentes e Paulo Dantas da Costa e Marcelo José dos Santos como Delegados-eleitores respectivamente titular e suplente, totalizando 186 votos. Após as explicações do Superintendente Bruno Pires sobre o processo eleitoral e análise pelo Plenário, o Presidente Fernando Fernandes colocou em votação e o Dossiê Eleitoral de 2021 foi aprovado por todos.

3.2. Aprovação do Orçamento para 2022. O Presidente Fernando Fernandes informou que em relação se o orçamento for realizado abaixo é mais fácil ajustar, porém, se realizado acima os tramites de ajuste são muito mais complexos podendo atrapalhar na execução das ações, por isso o valor foi estimado para cima e pediu ao contador para prestar os esclarecimentos. O contador Pedro Gomes informou que a Proposta Orçamentária repete o mesmo valor de 2021, ou seja, previsão de Receita de R\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais) e fixação de Despesa de igual valor. Salientou que ocorrendo excesso de arrecadação em 2022, serão providenciadas, na forma da legislação de regência, as devidas reformulações orçamentárias para utilizar o excesso, caso seja necessário. Ocorrendo o contrário, ou seja, caso não exista excesso de arrecadação, as previsões de Receita e as Dotações Orçamentárias da Despesa, serão anuladas contabilmente, sem necessidade de fazer reformulações orçamentárias. Disse estar esperançoso em relação às novas arrecadações, pois a cobrança de Pessoas Jurídicas poderá trazer um incremento da arrecadação para 2022. O Conselheiro Reinaldo Sampaio disse que se até setembro arrecadou-se R\$ 771.000,00 (setecentos e setenta e um mil reais), dificilmente se alcançará até o final do ano o valor de R\$ 1.200.00,00 (hum milhão e duzentos mil reais). O contador Pedro Gomes informou que no ano de 2021 a arrecadação deve atingir a R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) e que para o ano que vem foi estimado devido à expectativa de novas receitas com a fiscalização das pessoas jurídicas. Disse ainda que estima até um pequeno superávit para 2021 da ordem de 4 a 5 mil reais, o que não vinha acontecendo nos últimos anos. Após a leitura do Parecer da Comissão de Tomada de Contas – CTC, opinando pela aprovação, a proposta orçamentária para 2022 foi colocada em votação aprovada por todos.

3.3. Aprovação da Prestação de Contas do 3º Trimestre. O Presidente Fernando Fernandes pediu ao contador para prestar os esclarecimentos. O contador Pedro Gomes informou que as Receitas orçamentárias arrecadadas até setembro somaram R\$ 771.401,00 (setecentos e setenta e um mil, quatrocentos e um reais) e as despesas orçamentárias somaram R\$ 669.019,00 (seiscentos e sessenta e nove mil e dezenove reais) resultando, até o trimestre, um superávit de R\$ 102.382,00 (cento e dois mil, trezentos e oitenta e dois mil reais), diferentemente dos anos anteriores, quando no mesmo período já se apresentava déficit, e, como foi dito, existe uma expectativa de um pequeno superávit no exercício entre 4 e 5 mil reais. O Conselheiro Reinaldo Sampaio parabenizou os envolvidos na gestão pelo empenho na redução de despesas. O Presidente Fernando Fernandes salientou que esse trabalho já vinha de gestões anteriores e pediu ao contador para explicar sobre a redução das

disponibilidades no período. O contador Pedro Gomes informou que era devido a recolhimentos de tributos e contribuições, retidas no mês anterior e recolhidas no mês seguinte. O Superintendente Bruno Pires, com autorização do Presidente Fernando Fernandes, procedeu a leitura do Parecer da Comissão de Tomada de Contas – CTC, opinando pela aprovação da prestação de contas relativa ao 3º trimestre de 2021. Posta em votação, a prestação de contas foi aprovada por todos. IV. O que ocorrer. O Superintendente Bruno Pires informou que no mês de outubro e início de novembro, os Conselhos de Classe passaram por uma grande auditoria operacional do Tribunal de Contas da União – TCU. Foram encaminhados três questionários com assuntos diversos, sendo o último o mais complexo de todos, com 135 questões, tanto na elaboração quanto na interpretação e possibilidade de resposta do que foi pedido. Continuou dizendo que o TCU informou que esta auditoria não tinha caráter punitivo, e sim para elaborar normas padronizadas para os Conselhos de Classes, especialmente de cobrança. Concluiu dizendo que parecia que o TCU finalmente havia compreendido que os Conselhos de Classe eram órgãos diferenciados, com sistemas que não permitem segurança de respostas. A assessora jurídica Sabrina Batista informou que essa auditoria lembrou uma reunião com membros do TCU na qual eles recomendavam o protesto e não cobrar via execução fiscal. O contador Pedro Gomes informou que além da auditoria do TCU, o Corecon/BA teve aprovada aquela prestação de contas de um Convênio, celebrado e executado em 2010, relativa ao VI Encontro de Economia Baiana, cuja prestação de contas ainda estava pendente com o Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB, uma vez que a prestação de contas, feita pela DESENBAHIA, tinha sido rejeitada pelo BNB. Saliou a importância, empenho e prestígio do Conselheiro Reinaldo Sampaio, que viabilizou a documentação necessária, junto ao Desenbahia, imprescindíveis para a elaboração da prestação de contas, na forma exigida pelo BNB, bem como, o empenho do conselheiro Marcelo Santos possibilitando a aprovação da prestação de contas e a extinção da inadimplência do CORECON, perante o BNB, que ameaçava inscrever o CORECON no CADIN ou devolver o valor do Convênio com multa, juros e atualização monetária. O Conselheiro Federal Paulo Dantas informou que no final desse ano o seu mandato de Conselheiro Federal se encerra, juntamente com o mandato do suplente Nei Cardim. Disse que será reconduzido, porém, com a indicação do Vice-presidente Gustavo Pessoti para suplente. Continuou dizendo que foi procurado por membros do Cofecon para presidir novamente a entidade, mas conseguiu convencê-los e será candidato a Vice-presidente em uma chapa com o atual Presidente Antonio Lacerda. Concluiu dizendo que mais à frente é possível que volte a presidir o Cofecon, mesmo sem o assunto estar em seus planos. Concluiu solicitando que o Corecon encaminhasse um expediente ao Cofecon com a indicação do seu nome e de Gustavo Pessoti para Conselheiros Federais titular e suplente respectivamente. O Presidente Fernando Fernandes disse encaminhará o expediente ao Cofecon e que as indicações eram excelentes. O Conselheiro Reinaldo Sampaio disse que foi convidado a participar de um evento da SEI e UFBA no dia 12 de novembro, com apoio do Corecon, mas não viu divulgação. A assessora de comunicação Lívia Santana disse que divulgou o link do evento e que repetiria através da lista de transmissão. Nada mais a tratar, o Presidente Fernando Fernandes encerrou os trabalhos da Sessão Plenária e eu, Bruno Pires Sacramento lavrei a presente Ata que será assinada por todos os presentes. Salvador, 11 de novembro de 2021.